**O PDDE – ESCOLAS SUSTENTÁVEIS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS EM UMA CIDADE DA AMAZÔNIA: O CASO DE SANTARÉM – PARÁ**

Elizabeth Mascarenhas dos Santos Silva1; José Carlos Farias da Silvar2

1 Especialista em Educação Ambiental. SEDUC/PA. elizabethmssilva@gmail.com

2 Mestrando em economia. UFPA. jcfariaas@gmail.com

O presente trabalho trata de uma recente política pública educacional no Brasil, voltada para a educação ambiental, Programa Federal Dinheiro Direto na Escola – Escolas Sustentáveis, que destina recursos financeiros à escolas públicas da educação básica com a finalidade de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares selecionadas em todo o território nacional, considerando a gestão, o currículo, o espaço físico e a relação com a comunidade. Visto como alternativa de gestão compartilhada e de autogestão dos recursos financeiros direcionada as instituições públicas de ensino, este programa representa uma conquista frente a alguns anseios manifestados historicamente pela EA no país. O objetivo deste trabalho foi analisar as contribuições desta política pública federal na formação e promoção de Espaços Educadores sustentáveis em uma cidade da Amazônia: o caso de Santarém – Pará. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica junto a fontes primarias e secundarias, além da coleta de dados *in locus* nos espaços educacionais selecionados para o estudo de caso. Parte de um de processo dialético e partilhado do Estado e da sociedade civil (SORRETINO, 2015), as políticas públicas em EA têm se expandido, tornando-se ponto de pauta nas diferentes esferas governamentais. O PDDE - Escolas Sustentáveis como política pública voltada a educação ambiental, apesar de ser uma intervenção recente, configura-se na materialidade dos esforços e anseios historicamente ambicionados pela Educação Ambiental. Em Santarém, percebe-se que essa política pública educacional voltada a Educação Ambiental pode e tem contribuído para a formação de Espaços Educadores Sustentáveis, mesmo que de formas pontual, descontinua e desconectadas. A escola como potencial Espaço Educador Sustentável ainda necessita estabelecer uma relação com o seu externo, com ações práticas que possam romper com a fragilidade existente na relação entre a comunidade e a escola

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Educação Ambiental. Espaços Educacionais Sustentáveis.

**Área de Interesse do Simpósio**:

Educação Ambiental

**1. INTRODUÇÃO**

As mudanças climáticas globais e a crise socioambiental vivenciada pelas sociedades humanas no Brasil e no mundo, podem ser consideradas a raiz de inúmeras problemáticas e insatisfações. Para Carvalho (1993, p. 40), a construção de valores solidários que possam garantir direito à vida, para atual e futuras gerações, requer um esforço maior do “que ser amigo das árvores e dos animais”, sendo necessário a criação de práticas sociais efetivamente democráticas e solidárias na relação entre os homens. Neste sentido, a inserção da Educação Ambiental surge como uma das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória de ordem cultural e social, instaurada historicamente na sociedade, deixando claro o modelo devastador das relações estabelecidas entre os homens e destes com o meio ambiente (SORRENTINO, et al, 2005). Para tanto, a corresponsabilização entre governos em suas diferentes esferas e da coletividade, surge como uma necessidade para a superação dos problemas socioambientais que se intensificaram e que precisam ser encarados com seriedade por parte das políticas públicas brasileiras.

Nos últimos anos, o Brasil tem se empenhado no sentido de promover e incentivar a Educação Ambiental nas escolas do ensino fundamental, por meio de diretrizes (Brasil, 1996) e políticas públicas (TRAJBER; SATO, 2010). E o presente trabalho trata de uma recente política pública educacional no Brasil, voltada para a educação ambiental, o Programa Federal Dinheiro Direto na Escola – Escolas Sustentáveis.

Entre os municípios contemplados pelo projeto, Santarém apresenta 119 unidades escolares que até 2017, receberam ou que ainda receberão as verbas destinadas para o desenvolvimento deste programa. O objetivo deste trabalho foi analisar as contribuições das políticas públicas federais com o PDDE – Escolas Sustentáveis na formação e promoção de espaços educadores sustentáveis em uma cidade da Amazônia: o caso de Santarém – Pará, mais especificamente os casos localizados na área urbana do município, além de apresentar as atividades educativas ambientais desenvolvidas nos espaços educacionais sustentáveis selecionados.

**2. METODOLOGIA**

O trabalho apresenta um caráter qualitativo e exploratório, há vista que a política pública analisada é relativamente recente no contexto da análise voltadas para a Educação Ambiental, e sua contribuição para criação de Espaços Educadores Sustentáveis em Santarém a partir proposta do O PDDE – Escolas Sustentáveis ainda são mais insipientes. Definiu-se como primeira etapa o levantamento do arcabouço teórico, seguida pela coleta os dados junto a fontes primárias e secundárias (AZEVEDO, 2011)**,** como o site do Ministério da Educação – MEC, a Semed, e mais três escolas de rede municipal de ensino. Como método adotou-se o estudo de caso, que segundo Yin (2010, p. 24), pois permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas da vida real. E neste estudo o campo de analise estendeu-se em três escolas municipais de ensino fundamental de pequeno e médio porte, aqui denominadas de E1, E2 e E3.

Os instrumentos que nortearam a pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro preestabelecido, usados como técnicas para coletar dados e cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados dão às questões e as situações levantadas, tendo como público-alvo os gestores das escolas municipais de ensino fundamental contempladas pelo PDDE – Escola sustentável, assim como os que estariam diretamente envolvidos com o desenvolvimento do plano de aplicação encaminhado ao MEC e do projeto político pedagógico dentro da escola (E1, E2, C1). Além das entrevistas, neste estudo, se utilizou análise de documentos como: os projetos políticos pedagógicos; os planos de aplicação; as leis institucionais do PDDE-Escolas Sustentáveis; e os dados catalogados a partir dos sites oficiais do MEC.

Figura 1- Quadro Analítico



Fonte: Construída pelo autor.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O município de Santarém, localizado na região oeste do Pará, participante do Programa Município Verde desde 2013, tido como cidades médias da Amazônia (TRINDADE, 2015), Santarém apresenta uma localização privilegiada entre as duas maiores metrópoles regionais– as cidades de Belém e Manaus - o que contribuiu para sua função estratégica de entreposto comercial. Os ciclos econômicos vivenciados historicamente, o porto, o aeroporto e suas conexões com as estradas, consolidaram Santarém como importante centro urbano na Amazônia. Atualmente, a mesma chama atenção por se apresentar como um importante corredor de escoamento da produção de grãos da região central do Brasil rumo ao mercado internacional, além das suas riquezas naturais e turísticas. Becker (2009) ao analisar o novo lugar da Amazônia no Brasil e as suas tendências à densificação da infraestrutura multimodal de transporte deixa claro que esta aproximação das áreas produtivas e as áreas de distribuição constitui um elemento territorial decisivo para a competitividade, o que consequentemente por isso, segundo a mesma, a pavimentação de 1.147 da BR-163 (Cuiabá-Santarém) ter sido incluída no planejamento estratégico do território brasileiro.

A SEMED é a responsável pelos projetos educacionais que se desenvolvem no município, entre estes os projetos direcionados para a prática da Educação Ambiental como o ComVida: Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. Com base nas informações coletadas no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que apresenta um banco de dados das Unidades Executoras Atendidas pelo PDDE, inclusive as unidades habilitadas ao recebimento do PDDE-Escolas Sustentáveis. No recorte de análise desse trabalho, buscou-se as informações do Programa PDDE Qualidade, mais especificamente, o PDDE-Escolas Sustentáveis, no período de 2014 a 2016.

A partir dos dados obtidos no site do PDE Interativo identificou-se que das 119 escolas públicas de Santarém listadas, 107 unidades executoras são pertencentes a rede municipal de ensino. Entre essas, escolas de pequeno, médio e grande porte quanto ao atendimento de alunos, são escolas distribuídas tanto na área urbana quanto na área rural do município. Configurando-se assim em um número bastante significativo, porém ao confrontar com os dados oriundos da plataforma do FNDE – PDDEREX, se percebeu que um número bem menor efetivamente recebeu o recursos destinados ao PDDE-Escolas Sustentáveis.

Figura 2 – Escolas Atendidas pelo PDDE- Escola Sustentável em Santarém em 2014

Tabela 1: Dados oriundos do Portal do FNDE[: http://www.fnde.gov.br/pls/internet\_pdde/internet\_fnde.pdderex\_2\_pc](http://www.fnde.gov.br/pls/internet_pdde/internet_fnde.pdderex_2_pc)

A figura 2 sintetiza os dados coletados junto ao portal do FNDE, mostra que em 2014, apenas 67 UEx do município receberam a primeira parcela programada para aquele exercício, que segundo a Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013.

Já em 2015, apenas 59 dessas UEX estavam habilitadas a receber a 2ª parcela do programa. Isso resultou, à primeira vista, uma queda de 10,09% no número de alunos atendimento e diminuindo ainda mais a margem de expansão do programa, evidenciado na tabela 2.

Figura 2 – Escolas Atendidas pelo PDDE- Escola Sustentável em Santarém em 2016

Fonte: Dados oriundos do Portal do FNDE <http://www.fnde.gov.br/pls/internet_pdde/internet_fnde.pdderex_2_pc>

A tabulação dos dados referentes ao ano de 2016, não puderam ser realizados, uma vez que o órgão responsável pela registro e divulgação, o FNDE, ainda não fechou a coleta dos mesmos. Esta lacuna temporal na coleta dos dados foi levantada nas entrevistas junto aos casos estudos *in locus*, que permitiu uma projeção qualitativa do Programa nas escolas. Para tanto, foi necessário a inserção no ambiente da escolar, com visitas programadas e participação em reunião com equipe escolar. Também foi feita uma entrevista individual com os responsáveis pela implementação do Projeto Escola.

As questões levantadas apresentavam como foco o PDDE – Escolas Sustentáveis, suas contribuições para a Educação Ambiental na escola e o desenvolvimento do projeto. Contudo, foi através das conversas diretas com os entrevistados que se pode obter as informações com maior riqueza de detalhes. E, a partir das observações e impressões constatadas, verificou-se que assim como em outros trabalhos que fazem inferência a educação ambiental e as ações desenvolvidas no chão da escola (TRAJBER; MENDONÇA, 2006), que uma das funções mais importantes da escola – o poder de transformar e influenciar a comunidade na qual está inserida – permanece inerente nos projetos desenvolvidos nas escolas analisadas. Por outro lado, é na temática ambiental que a escola poderia apresentar um maior impacto social, por meio da criação de canais de comunicação com a população, onde seja viável a discussão e reflexão sobre o papel dos cidadãos nas questões socioambientais.

5.1 – Principais evidencias levantadas nos casos analisados

Para melhor compreensão, analisaram-se os resultados alcançados agrupando-os a partir das questões levantadas com foco na questão central da pesquisa: Quais as contribuições o PDDE– Escolas Sustentáveis na formação e promoção de espaços educadores sustentáveis?

No campo específico da efetivação da educação ambiental, pode-se dizer que os resultados da pesquisa realizada indicam a presença de uma certa ambiguidade, pois apesar de todos os entrevistados afirmarem que a escola trabalha com a Educação Ambiental, apenas C1 fez menção a Lei Nº 9795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Outra inconsistência em relação a esta questão, foi a inserção da EA e do Programa Escola Sustentável nos currículos e nos Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino, pois nos três casos estudados (E1, E2 e E3), apesar de apresentarem pontos específicos para trabalhar a EA, com ações voltadas a seleção do lixo escolar, o “reaproveitamento” da água, criação e manutenção de Jardins e hortas, pouco interligam essas ações aos seus currículos e aos espaços educadores sustentáveis. A necessidade de integração faz parte das bases internacionais para a EA, que é apresentada por Morin (1998), quando analisa as principais características apontadas pelo MEC sob a ótica da visão de Tbilisi. Integrar os conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações são princípios básicos da EA. As escolas devem converter cada oportunidade, cada ação em experiências educativas rumo a uma sociedade sustentável. Outras questões levantadas dirigiram a atenção ao PDDE-Escolas Sustentável, em duas das escolas (E2, E4), as informações a respeito desta política pública foram obtidas a partir da Plataforma do PDDE Interativo, fato que levou aos gestores dessas escolas uma grande dificuldade na adequação dos planos de ação do projeto e aos valores preestabelecidos para a escola. Apenas a E1 declarou que recebeu a orientação da SEMED na construção de seu plano de ação. Contudo, percebeu-se que todas as escolas investigadas apesar de terem seus planos aprovados, o processo de exigido segundo a Resolução FNDE nº 18, de 03 de setembro de 2014, não foram seguidos na sua integridade.

Nos casos investigados, nenhuma das escolas tinham realizado a Conferência Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente e quando indagados pela formação do ComVidas, apenas G3 confirmou de forma bastante invasiva, que “Apesar de hoje não está totalmente ativa, a Comissão da ComVidas foi formada. Tivemos duas palestras e oficina que nos ajudou na organização, mas é muito difícil manter uma equipe formada para o ano seguinte”(G3). A formação e fortalecimento das ComVidas é um dos objetivos do PDDE-Escolas Sustentáveis, infelizmente a falta de continuidade e até mesmo falta de interesse por parte das escolas tem sido uma realidade na fragilidade da implementação de tal política. É necessário que todos os envolvidos nas ComVidas assumam o compromisso que as engendram, compromissos que vão além de um período de execução de uma política pública, de um projeto, ou de uma data comemorativa.

Visando entender o período que as escolas aderiram ao programa, as informações também apresentaram inconsistências, haja vista que, segundo G3, o projeto apresenta uma duração de apenas seis meses, enquanto que G1 e G2, apresentaram planos com duração de dois anos. Isto reflete uma certa incompreensão em relação ao projeto e aos seus objetivos em promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino, apoiando as escolas na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de forma a tornarem-se espaços educadores sustentáveis.

Quanto ao entendimento dos entrevistados em relação aos Espaços estucadores sustentáveis – um dos conceitos basilares para a política pública PDDE-Escolas Sustentáveis – percebeu-se um certo restringimento a alguns poucos espaços da escola, os mesmos as quais foram destinadas as ações financiadas pelo Programa governamental: o jardim, a horta, o rol de entrada. A escola como um todo não é vista como um espaço privilegiado ao desenvolvimento de uma educação integral e integrada, que transforme, tanto a escola como o seu entorno, num espaço de aprendizagens significativas, contextualizadas e para que a sociedade possa compreender os princípios básicos da sustentabilidade e esta seja capazes de aplicá-los na vida diária.

Outra questão presente nos relatos dos entrevistados foi a insatisfação em relação aos valores e recebidos, mais ainda, os não recebidos por estas instituições. Entre os casos estudados, apenas E2 recebeu as duas parcelas programadas para o desenvolvimento do projeto, ou seja, compões as 67 que receberam a primeira parcela em 2014, e uma das 59 que receberam a segunda parcela em 2015 (ainda referente a 2014). Isso, segundo P1 acarretou ao projeto:

(...) uma certa descontinuidade, pois os recursos precisam ser empregados nas ações específicas do plano de ação, se não a prestação fica comprometida e a escola fica inadimplente. Então, se a gente programou comprar o material da horta e do jardim não podemos pagar o monitor para ensinar as crianças. E pra que serve o material parado? (P1)

O mesmo tom de insatisfação pode ser percebido mas respostas de E1 e E3, ambas não receberam nenhuma das parcelas nem em 2014, nem em 2015, somente no final do ano de 2016, foi que essas escolas tiveram acesso as verbas oriundas do PDDE-Escolas sustentáveis. Este atraso no repasse, segundo G1, ocasionou um atraso na implantação do projeto, tendo seu início programado para o ano letivo de 2017. Uma das justificativas para o atraso no repasse pode ser justificado no relato apresentado por C3 que diz:

(...) na verdade a falta de organização do conselho escolar, acaba prejudicando muito o recebimento das verbas pra cá. A gente acaba fazendo os trabalhos na escola com os recursos dos professores e dos alunos, que apesar das dificuldades, acabam se dedicando pra manter os projetos da escola. (C3)

Isso reflete o que Colares (2012), analisa em relação a execução das políticas educacionais emanadas do MEC, no município de Santarém, em que os conselhos das escolas assumem um papel importante como novo ator na execução das políticas educacionais, porém é necessário a organização, transparência e até mesmo formação para que esses possam assumir seu papel com eficiência e responsabilidade.

Contudo, fica claro nos relatos a importância da Educação Ambiental na escola, e que o PDDE- Escola Sustentável é indispensável para a formação dos Espaços Educacionais Sustentáveis nas instituições públicas educacionais do município de Santarém.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para um real enfrentamento da crise socioambiental vivenciada no Brasil e no mundo, se faz necessário que a sociedade possa assumir seu papel enquanto ser político, exigindo cada vez mais a organização e o envolvimento desta com as demais instituições, para que suas demandas possam ser progressivamente assistidas nas políticas públicas voltadas a atitudes ambientalmente sustentável. Assim, o PDDE-Escolas Sustentáveis como política pública voltada a educação ambiental, apesar de ser uma intervenção recente, configura-se na materialidade dos esforços e anseios historicamente ambicionados pela Educação Ambiental.

Parte de um de processo dialético e partilhado do Estado e da sociedade civil (SORRETINO, 2005), as políticas públicas em educação ambiental têm se expandido, tornando-se ponto de pauta nas diferentes esferas governamentais. O município de Santarém não está a margem desses processos e a partir de sua secretaria de educação – SEMED, tem estimulado a participação das escolas municipais a aderirem ao PDDE-Escola sustentáveis. E, a partir das unidades estudadas neste trabalho, percebe-se que essa política pública educacional voltada a Educação Ambiental pode e tem contribuído para a formação de Espaços Educadores Sustentáveis, mesmo que de formas pontual, descontinua e desconectadas. A escola como potencial Espaço Educador Sustentável ainda necessita estabelecer uma relação com o seu externo, com ações práticas que possam romper com a fragilidade existente na relação entre a comunidade e a escola.

**REFERÊNCIAS**

**AZEVEDO**, A. W. Metodologia de identificação de fontes de coleta de informação: uma proposta de modelo para cadeia produtiva de couro, calçados e artefatos. Perspectivas em Gestão & Conhecimento. João Pessoa, v. 2, n. especial, p. 149 - 158, out. 2012.)

**BECKER**, Bertha K. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond, 2009. 172p.

**BRASIL**, Lei 9795/99. Plano Nacional de Educação Ambiental. Brasília. 1999.

**BRASIL**, Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola. Brasília, 2005.

**BRASIL, Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. Versão Preliminar de 02.06.2014. Brasília, DF: MEC; Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2014b.

**BRASIL**. Ministério da Educação**. Manual Escolas Sustentáveis, Resolução CD/FNDE nº18, de 21 de maio de 2013**. Disponível em: http://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/1857975698.manual\_escolas\_sustentaveis\_v\_04.06.201 3.pdf. Acesso: 20/03/2015.

**BRASIL**. Ministério da Educação**. Manual Escolas Sustentáveis, Resolução CD/FNDE nº18, de 21 de maio de 2013**.

**CARVALHO**, I. Educação, meio ambiente e ação política. In ACSELRAD, H. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Ibase 1993

**COLARES, M. L. I. S.** POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES TENDO POR PARÂMETRO AS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM SANTARÉM. In: 5º Encontro Internacional de Educação Comparada, 2012, Belém. Anais do 5º Encontro Internacional de Educação Comparada. Belém: UFPA, 2012. v. 1. p. 1-200.

**MORIN, E**. As bases internacionais para a Educação Ambiental. In: BRASIL. A implantação da educação ambiental no Brasil. Ministério da Educação e do Desporto.

**OLIVEIRA, A. F**. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Em: [<http://www.sinprodf.org.br/wpcontent/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticasp%C3%9Ablicas-educacionais.pdf> A](http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf)cesso em 01 out. 2015.

**SORRENTINO, M. et al**. Educação ambiental como política pública. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, nº2, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf. Acesso em: 18/10/ 2015.

**TRAJBER, R. e SATO, M.** Escolas Sustentáveis: incubadora de transformações nas comunidades. Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental, UFRG, v. especial, 2010.

**TRAJBER, R.; MENDONÇA**, **P.R.** (Orgs.) (2006). *O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental.* Brasília: Ministério da Educação.

**TRINDADE**, **G. O**. A cidade & a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará. 2015. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

**YIN, Robert K**. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4ªed. Porto Alegre: Bookman, 2010.